
SITUAÇÃO DA AGRICULTURA

— Fevereiro de 1984 —

— POLÍTICA ECONÔMICA

O orçamento monetário para 1984 deixa bem claro a estratégia de inibir os investimentos em atividades produtivas ao limitar em 50% a evolução da base monetária e dos meios de pagamento e estabelecer o crescimento do crédito do Banco do Brasil em apenas 57%. Esses percentuais tornam-se mais eloqüentes ao se observar que a inflação dos últimos 12 meses, a contar de fevereiro de 1984, medida pelo Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna, atingiu 230,1%, tendo acumulado 23,3% nos dois primeiros meses deste ano. As projeções das taxas de crescimento dos preços, por mais otimistas que sejam, indicam forte aperto na liquidez, juros elevados e, pelo menos, estagnação na produção.

A observação dos dados indica que o atual aperto monetário não encontra precedentes na última década. Em 1972 a base monetária (emissão primária de moeda) era de Cr\$ 105,5 bilhões, aos preços de 1977, enquanto os meios de pagamento eram de Cr\$ 234,6 bilhões resultando um multiplicador de 2,22 (quadro 1). Nove anos depois, em 1981, a base monetária estava praticamente no mesmo nível, Cr\$ 101,4 bilhões, e a menor eficiência do sistema de intermediação financeira proporcionava apenas Cr\$ 205,7 bilhões de meios de pagamento, após vários anos de liquidez crescente. A partir de 1982, entretanto, quando a política econômica em geral e a monetária em particular passaram a se basear nos rígidos critérios do Fundo Monetário Internacional (FMI), o controle monetário se tornou ainda mais rígido, fechando 1983 com a emissão primária de moeda situada em apenas Cr\$ 58,2 bilhões, e os meios de pagamento em Cr\$ 107,7 bilhões, montante este semelhante à base monetária em janeiro de 1982. Note-se, ainda, que a suspensão das restrições quantitativas à evolução do crédito, decidida em meados de 1983, não melhorou significativamente o desempenho do sistema financeiro, que pode ser avaliado pelo multiplicador dos meios de pagamento. Esse indicador vem declinando ao longo do tempo, possivelmente como decorrência dos aumentos dos depósitos compulsórios e da própria crise da economia brasileira, que reduziu a demanda por crédito.

Os limites impostos para a expansão do crédito do Banco do Brasil para 1984 apenas confirmam a impressão geral de que o dinheiro será bastante escasso neste ano. Em que pese a perda de importância desse banco como gerador de crédito, deve-se notar que em dezembro de 1983 ele era responsável por 25,5% do total de crédito ofertado pelo sistema monetário ao setor privado. Essa percentagem, modesta para quem já absorveu 46,4% das aplicações em 1976, possivelmente reduzir-se-á ainda mais em 1984, se se considerar a necessidade do Governo de minimizar a pressão sobre a emissão de moeda (quadro 2).

QUADRO 1. – Base Monetária, Meios de Pagamento e Multiplicador, 1972-83
(em bilhões de cruzeiros de 1977) (¹)

Período	Base monetária	Meios de pagamento	Multiplicador
1972	105,5	234,6	2,22
1973	135,3	300,1	2,22
1974	139,7	311,3	2,23
1975	148,9	347,4	2,33
1976	158,1	337,4	2,13
1977	166,9	325,2	1,95
1978	174,3	333,6	1,91
1979	208,9	376,2	1,80
1980	163,6	319,8	1,95
1981	101,4	205,7	2,03
1982			
jan.	104,3	177,3	1,70
fev.	94,3	170,9	1,81
mar.	90,8	156,7	1,73
abr.	85,7	159,5	1,86
mai.	85,9	157,6	1,83
jun.	85,1	158,5	1,86
jul.	85,6	151,3	1,77
ago.	83,6	148,5	1,78
set.	83,4	149,6	1,79
out.	83,3	154,4	1,85
nov.	92,1	161,0	1,75
dez.	95,7	174,8	1,83
1983			
jan.	95,0	152,3	1,60
fev.	90,9	147,6	1,62
mar.	80,5	133,0	1,65
abr.	78,8	133,0	1,69
mai.	77,8	131,0	1,68
jun.	72,0	130,7	1,82
jul.	69,8	117,1	1,68
ago.	58,1	112,7	1,94
set.	59,2	108,3	1,83
out.	55,8	103,5	1,85
nov.	56,9	101,8	1,79
dez.	58,2	107,9	1,85

(¹) Deflacionado pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.
Fonte: Cálculos realizados pelo autor a partir de dados do Banco Central do Brasil.

QUADRO 2. – Empréstimos Concedidos ao Setor Privado pelo Sistema Monetário, 1977-83
(em bilhões de cruzeiros de 1977) (¹)

Período	Banco do Brasil		Bancos comerciais		Total
	Valor	%	Valor	%	
1972	115,4	37,1	195,4	62,9	310,8
1973	149,9	38,0	245,0	62,0	394,9
1974	207,7	42,5	280,9	57,5	488,6
1975	267,4	44,6	331,7	55,4	599,1
1976	305,4	46,4	352,6	53,6	658,0
1977	318,4	45,8	376,6	54,2	695,0
1978	315,7	42,5	426,5	57,5	742,2
1979	337,6	41,7	472,9	58,3	810,5
1980	283,3	41,1	406,2	58,9	689,5
1981	174,4	36,2	307,7	63,8	482,1
1982					
jan.	162,3	34,7	305,6	65,3	467,9
fev.	153,7	33,9	299,7	66,1	453,4
mar.	146,8	33,2	294,8	66,8	441,6
abr.	143,5	32,2	302,3	67,8	445,8
mai.	140,1	31,7	301,9	68,3	442,0
jun.	144,8	32,7	298,1	67,3	442,9
jul.	136,9	31,4	298,4	68,6	435,3
ago.	133,1	31,2	293,8	68,8	426,9
set.	135,9	31,4	296,2	68,6	432,1
out.	139,4	31,4	304,9	68,6	444,3
nov.	136,9	30,9	306,7	69,1	443,6
dez.	148,8	32,7	305,7	67,3	454,5
1983					
jan.	134,9	31,2	297,7	68,8	432,6
fev.	127,2	28,5	319,4	71,5	446,6
mar.	120,8	28,4	305,2	71,6	426,0
abr.	117,2	24,1	369,2	75,9	486,4
mai.	115,5	27,2	307,0	72,8	422,5
jun.	120,4	28,8	298,2	71,2	418,6
jul.	105,7	26,6	291,2	73,4	396,9
ago.	101,0	26,8	276,1	73,2	377,1
set.	96,1	26,9	261,3	73,1	357,4
out.	90,4	26,2	254,6	73,8	345,0
nov.	87,1	25,3	256,6	74,7	343,7
dez.	93,3	25,5	272,6	74,5	365,9

(¹) Deflacionado pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.
Fonte: Cálculos realizados pelo autor a partir de dados do Banco Central do Brasil.

O aspecto que mais preocupa nessa análise, entretanto, não é a diminuição da importância relativa da Autoridade Monetária em criar crédito. Chama a atenção a redução, em termos reais, do volume global de crédito à disposição do setor privado. No final de 1983, o setor privado absorveu Cr\$ 365,9 bilhões em empréstimos, 45% dos Cr\$ 810,5 bilhões absorvidos em 1979.

Esses dados confirmam a estratégia do Governo de ajustar as contas externas brasileiras através da redução da produção interna, e não deixam muitas esperanças de uma possível recuperação econômica em 1984.

— POLÍTICA AGRÍCOLA

A expectativa dos produtores para a safra que está sendo colhida era de obtenção de preços compensadores, justificada por um conjunto de fatores dentre os quais os poucos estoques, a elevação dos preços internacionais e quebra na produção. No entanto, as dificuldades surgidas com as tentativas de ajustamento econômico estão desviando das mãos dos produtores o resultado da evolução dos preços.

Veja-se que as operações de Empréstimos do Governo Federal (EGF), que deveriam permitir ao produtor evitar a venda da produção na boca da safra, tiveram seus encargos financeiros majorados para variação da ORTN + 3% a.a., elevando muito o risco da operação, já que o preço de mercado poderá ter variação inferior à da ORTN, incorrendo o produtor em prejuízo, acrescido ainda do custo de armazenagem. Tem-se a considerar também que, mesmo que haja interesse por esses financiamentos, as operações estão ainda suspensas, embora deveriam já ter se iniciado. Isto se deve à falta de recursos para esse fim, pois o Banco do Brasil ainda não definiu o montante a ser liberado nesta safra.

O Governo, também, não está comprando a produção, tendo sido autorizados AGFs apenas para arroz. Como o preço de mercado desse produto está bem acima do preço mínimo estabelecido, não convém vender ao Governo, e as operações se realizam somente em zonas de fronteira onde o transporte da produção é dificultado, forçando o produtor a entregar a produção ao Banco do Brasil pelo preço mínimo.

Acresce-se às dificuldades do produtor, neste ano, o fato de que o Banco do Brasil, responsável por pelo menos 70% do volume de crédito rural, não liberou até o momento sequer a última parcela do crédito de custeio que, para a maioria das culturas, deveria ser liberada a partir de fevereiro. Como resultado, o produtor que tem prazo certo para colher e não dispõe de outra fonte de recursos para custear as operações de colheita, está sendo forçado a comercializar pelo menos parte da safra em situação desvantajosa. Como os EGFs além de caros não estão sendo liberados, a indústria está com dificuldade para adquirir a produção, tendo que fazê-lo com recursos próprios ou outros financiamentos.

Todos estes fatores têm forçado uma queda nos preços de alguns produtos a despeito da reduzida oferta, contrariamente à expectativa inicial. Note-se que, embora a

política de preços mínimos vise reduzir as oscilações de preço e garantir renda ao produtor, neste ano está contribuindo para um efeito inverso, ou seja, desova da produção em curto espaço de tempo, com conseqüente redução dos preços a nível de produtor.

A eficácia de uma política agrícola de estímulo à produção depende, em grande parte, da confiança dos produtores. Cada vez mais a produção de alguns poucos produtos como soja, cana e laranja vem expulsando culturas de mercado interno, resultando em preços elevados e dificuldade de abastecimento. Sabe-se que a safra que está sendo colhida não será suficiente para atender às necessidades. Produtos como arroz, feijão; milho e mandioca, básicos na alimentação, estão com oferta reduzida e deverão novamente dificultar a redução das taxas inflacionárias. De uma política de preços mínimos efetiva poderia se esperar um efeito atenuante deste problema; mas se a confiabilidade deste instrumento é pequena em razão de freqüentes dificuldades na sua execução, o seu efeito na orientação da produção tenderá a ser mínimo, reforçando a tendência de expansão de produtos com tradição de lucratividade.

DETERMINAÇÕES REGISTRADAS NO MÊS

- Borracha: foram reajustados em 36% os preços básicos e reguladores das borrachas naturais nacionais (Resolução CNB-RE-01, de 31/01/84);
- Energia elétrica: foram reajustadas as tarifas de energia elétrica, que no caso de consumo rural passa a Cr\$ 34.232,00/MWh. As concessionárias são obrigadas a concederem desconto de 32,2% nas tarifas de consumo e demanda relativas aos fornecimentos para unidades consumidoras classificadas como rural, quando atendidas e faturadas em alta tensão (Portaria DNAEE nº 019, de 31/01/84);
- ICM do leite: a 29/12/83 foi autorizada pela SUNAB a inclusão do ICM sobre o preço de venda do produto ao consumidor, sendo posteriormente divulgada a regulamentação referente à comercialização do leite, incluindo a decisão referente ao ICM (Portaria SUNAB nº 17, de 03/02/84);
- Preços mínimos: foram fixados os preços base para cálculo do preço mínimo da safra da seca e o respectivo período de correção conforme segue:

Produto	Unidade (kg)	Preço base (Cr\$)	Fator/período de correção
Feijão anão	60	22.176,00	ORTN de Jan.a Abr/84
Amendoim em casca (tipo exportação)	25	7.000,00	ORTN de Jan.a Mai/84
Girassol	40	6.000,00	ORTN de Jan.a Mai/84
Batata semente	30	7.900,00	ORTN de Jan.a Mai/84

(Carta Circular BACEN nº 991, de 08/02/84);

- Exportação de soja: a CACEX suspendeu temporariamente os Registros Prévios Obrigatórios de Venda para as exportações de grãos, óleo e farelo de soja referente à safra 1983/84 (Comunicado CACEX nº 73, de 10/02/84);
- Imposto de importação: fica reduzida de 45% para 10% a alíquota "ad valorem", para uma quota de até 30.000t medidas em termos de P_2O_5 , de ácido ortofosfórico, quando destinado à preparação ou fabricação de fertilizantes. A redução do I.I. foi de 30% para 5% no caso de n – fosfonometilglicina, quota de 220 . 176kg, destinada à produção de defensivo agrícola (Resolução CPA nº 05-0574 e 05-0575, de 24/01/84);
- Milho: continua até 15/03/84 isento do imposto de importação o milho em grão (Resolução CPA nº 05-0577, de 24/01/84);
- Taxa de desconto: é de 7,4% a.m. a taxa de desconto para operações de comercialização agrícola a ser observada em março de 1984 (Comunicado DERUR nº 723, de 14/02/84);
- EGF para feijão: por solicitação da CFP, fica suspensa temporariamente a contratação de EGF para estocagem de feijão anão, exclusive variedade preto, safra 1983/84 (Comunicado DERUR nº 725, de 16/02/84);
- Cana-de-açúcar e mel residual: os preços base da tonelada de cana-de-açúcar, do mel residual, do próprio açúcar e do álcool foram reajustados em 46% para todo o território nacional; o preço da tonelada de cana para o produtor passa a Cr\$ 11.226,69 (Atos IAA nº 09/84, de 22/02/84, e nº 10/84 de 24/02/84);
- Trigo: o trigo de PH 78 para venda aos moinhos pelo Banco do Brasil elevou-se de Cr\$ 98.812,00 para Cr\$ 148.218,00/t métrica. Também foram reajustados os preços para venda de farinha (preço máximo): do produto tipo especial para Cr\$ 13.252,00 e do tipo comum para Cr\$ 10.353,00 por saco de 50 kg (Portaria SUNAB nº 28, de 22/02/84);
- Controle do CIP: foi divulgada uma extensa lista de tipos de indústria sujeita a rigoroso controle de reajuste de preços pelo CIP, que somente poderá ser realizado sob prévia e expressa autorização desse Conselho. As categorias de indústria mencionadas são de minerais metálicos, não metálicos, de papel, celulose e borracha, alimentos e bebidas, higiene, limpeza e têxtil, comércio, serviços e transportes, indústria automotiva, de fertilizantes, eletro-eletrônica, petroquímica, química e farmacêutica, de matérias-primas farmacêuticas e defensivos pecuários (Resolução CIP nº 162, de 23/02/84);
- AGF – Arroz: foi permitida a realização de operações de AGF de arroz em casca depositado em silos e graneleiros, mediante prévia autorização da agência regional da CFP (Comunicado DERUR nº 730, de 27/02/84).

COMPORTAMENTO DE PREÇOS

O índice geral de preços recebidos pelos agricultores paulistas (IPR) em fevereiro de 1984 mostrou aumento, em relação ao mês anterior, de 10,4%, sendo de 10,9% o acréscimo do índice de produtos vegetais e de 9,7%, o de produtos animais (figura 1).

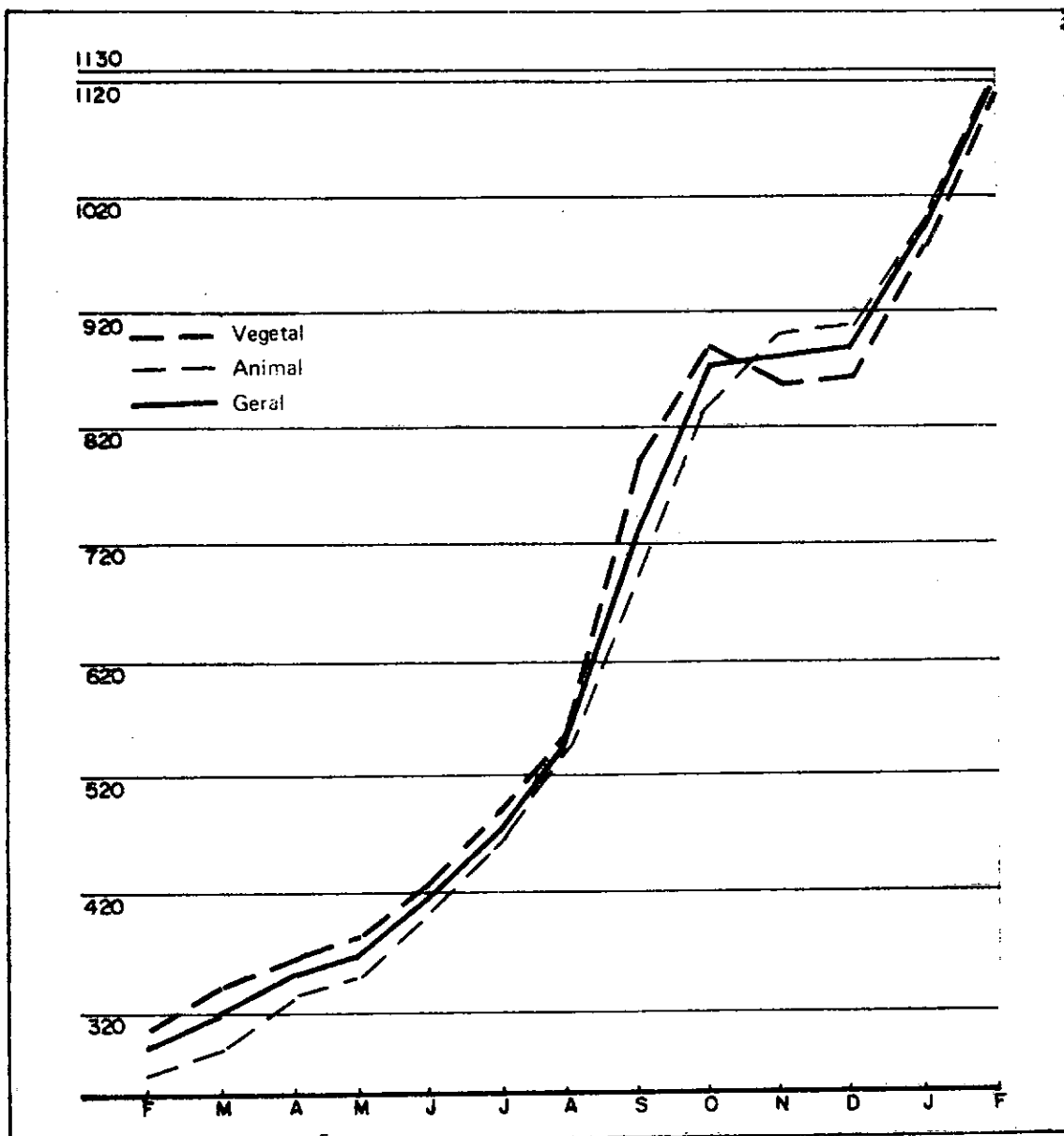


FIGURA 1. - Evolução do Índice de Preços Recebidos pelos Agricultores no Estado de São Paulo, Fevereiro de 1982 a Fevereiro de 1983. Base: 1961-62 = 100.

Os produtos vegetais que apresentaram as maiores variações foram: tomate (43,0%), devido à pequena oferta; cebola (42,0%); feijão (32,3%), pela retenção do produto à espera de maiores preços; amendoim (28,1%), devido às quebras e pequena produção; batata (27,0%), decorrente da menor oferta de lisas na proporção das comuns; mandioca (19,4%), café (9,8%), arroz em casca (8,9%), algodão (5,2%) e soja (2,1%). Entre os produtos animais, os preços de ovos mostraram o maior aumento (39,4%), ocasionado pela

escassez na oferta provocada pela redução no plantel, seguindo-se as carnes suína (19,6%), de aves (15,2%), em razão da pequena quantidade ofertada, e bovina com 8,2%, dada a retenção dos animais no campo na expectativa de elevação dos preços. Devido ao aumento verificado no preço do leite industrial, houve acréscimo de 1,7% na cotação média do produto.

O índice geral de preços pagos pela agricultura paulista (IPP) apresentou elevação de 11,4%, dividida da seguinte forma: 10,6% devidos ao índice de insumos adquiridos fora do setor agrícola e 13,5% aos adquiridos no próprio setor agrícola (figura 2).

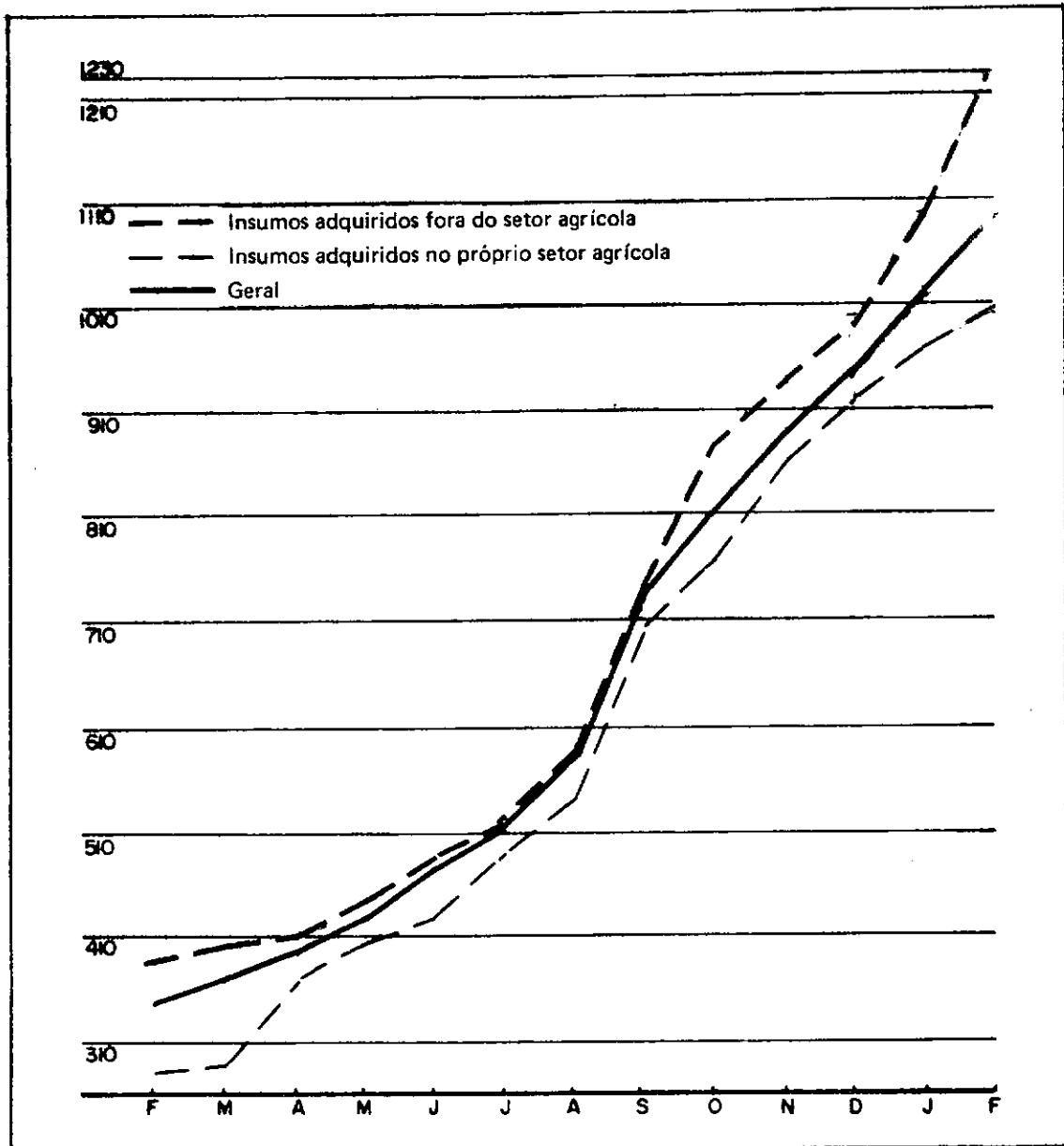


FIGURA 2. - Evolução do Índice de Preços Pagos pela Agricultura Paulista, Fevereiro de 1982 a Fevereiro 1983. Base: 1961-62 = 100.

Os insumos adquiridos fora do setor agrícola que apresentaram os maiores acréscimos foram: serviços comprados (31,6%), devido aos aumentos das tarifas de energia elétrica, frete rodoviário e transporte ferroviário; combustíveis e lubrificantes (24,4%), ocasionado pelas altas observadas para gasolina, óleo diesel e querosene; construção e reparo (13,3%), dada a subida dos preços dos materiais de construção; adubos (12,9%), devido à especulação no mercado; e inseticida e fungicida (10,5%). Do grupo de insumos adquiridos no próprio setor, o item animal de produção elevou-se em 15,1% e animal de trabalho em 8,6%, enquanto os alimentos de origem agrícola decresceram 1,8%.

Relativamente ao mesmo mês do ano anterior, tanto o índice geral de preços recebidos (305,0%) como o de preços pagos (259,1%) tiveram aumentos maiores do que a inflação acumulada no período (230,1%). Os preços dos produtos vegetais cresceram 285,2%; os dos produtos animais 338,06%; os dos insumos adquiridos fora do setor agrícola, 209,7%; e os dos insumos adquiridos no próprio setor, 369,7%.

Da evolução dos índices de preços recebidos e de preços pagos, em fevereiro, observa-se novamente comportamento depressivo para o poder aquisitivo do agricultor, ou seja, o índice de paridade situou-se ao nível de 98,6, apresentando uma queda de 0,8%. A relação entre o índice geral de preços recebidos e o índice de insumos adquiridos fora do setor permanece praticamente no mesmo nível de janeiro (figura 3).

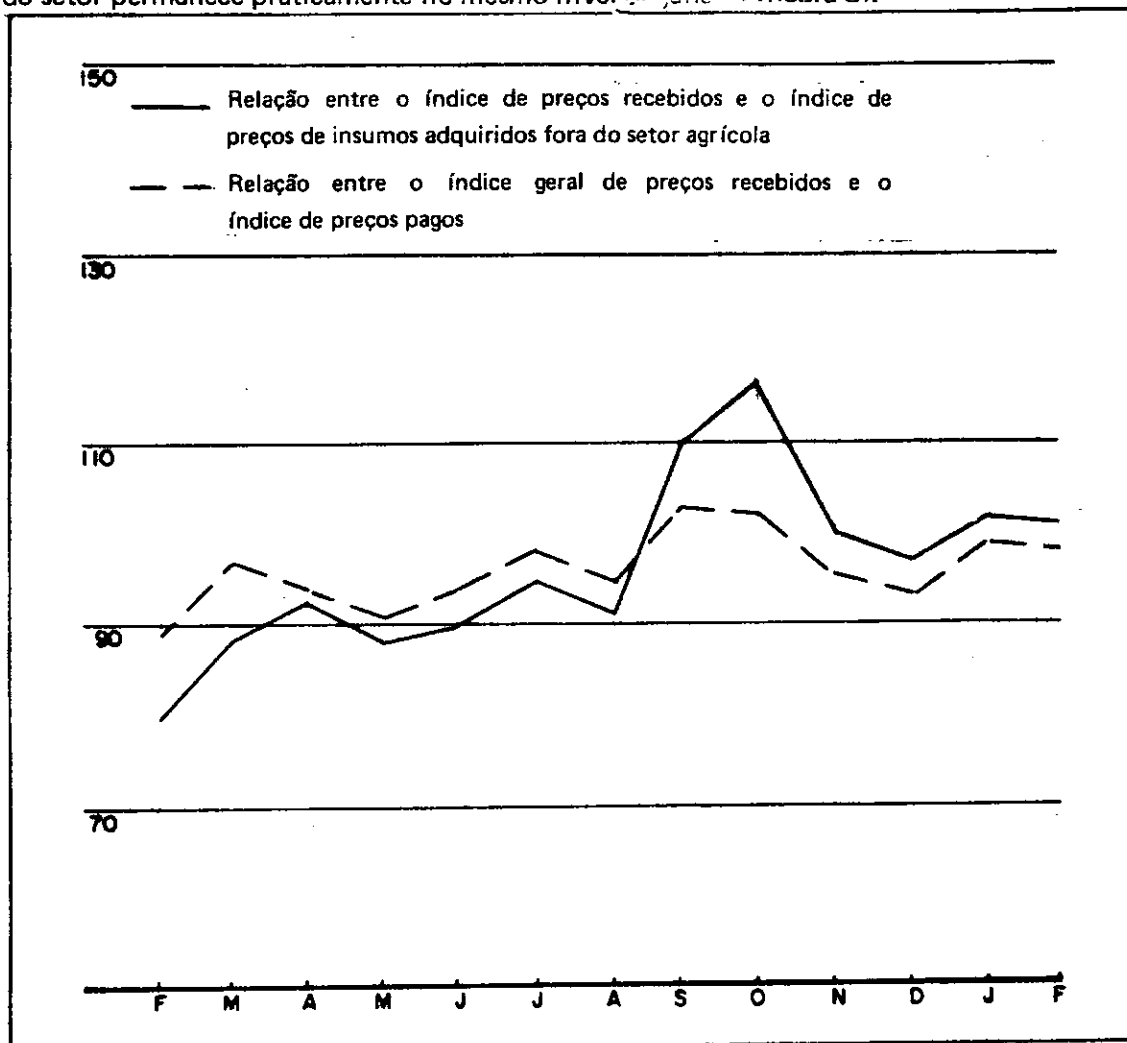


FIGURA 3. - Evolução do Índice de Paridade no Estado de São Paulo, Fevereiro de 1982 a Fevereiro de 1983. Base: 1961-62 = 100.

A variação do índice geral de preços (IGP), no conceito de disponibilidade interna, foi de 12,3%, maior do que a do índice de preços recebidos (10,4%), confirmando a perda do poder de compra dos agricultores. O índice de preços no atacado – item gêneros alimentícios, mostrou acréscimo de 10,8%, seriamente afetado, portanto, pelos preços dos produtos agrícolas (figura 4).

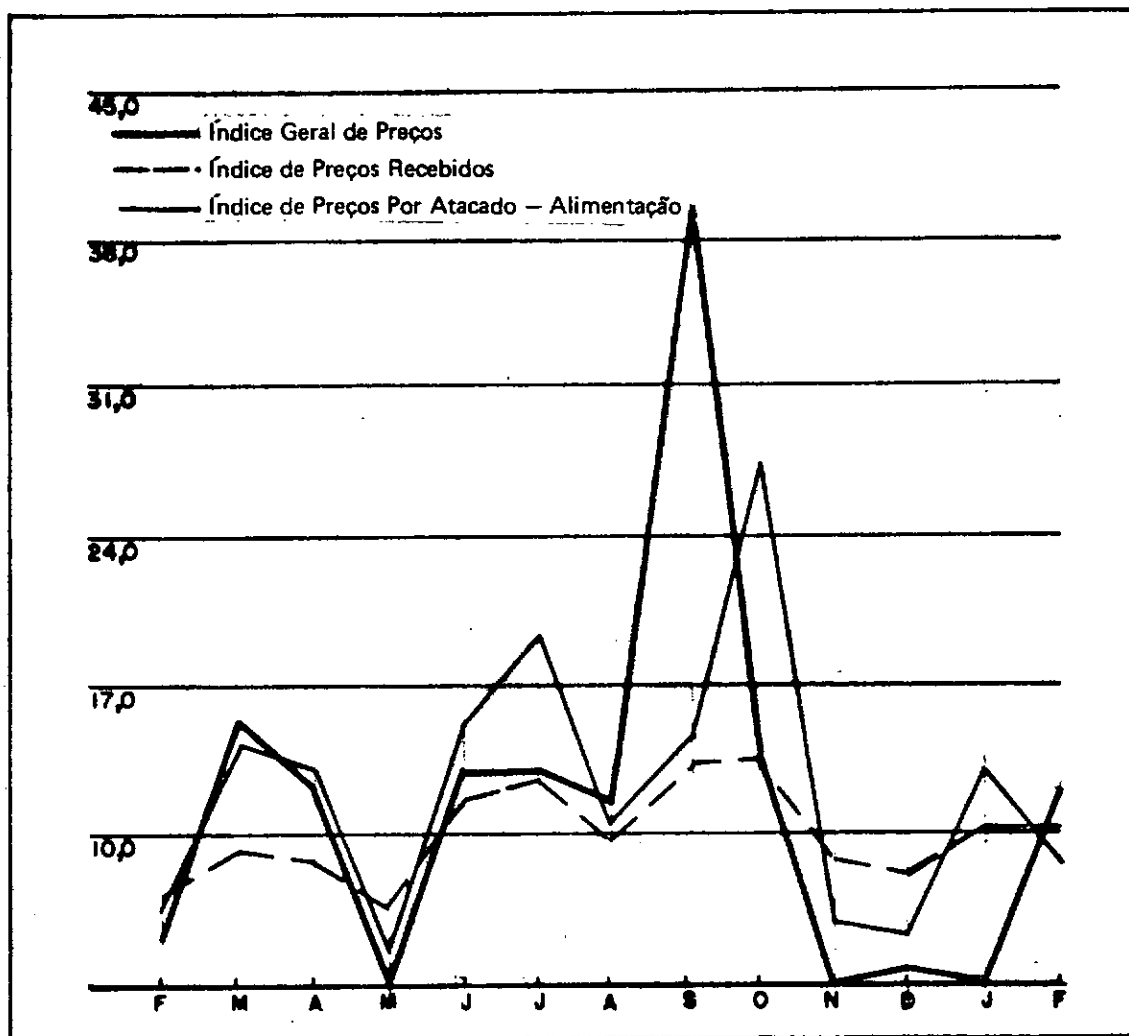


FIGURA 4. - Variação Percentual do Índice de Preços Recebidos pelo Agricultor Paulista, do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, e do Índice de Preços por Atacado - Item Alimentação, Fevereiro de 1982 a Fevereiro de 1983.

CESTA DE MERCADO

Levantamento de preços de produtos alimentícios no mercado varejista da Capital, elaborado pelo Instituto de Economia Agrícola, mostrou que a família média paulistana dispendeu em fevereiro cerca de Cr\$ 128.841,00 com alimentação, valor esse 12,3% superior ao observado em janeiro. Tomando-se como base fevereiro de 1983, a variação total do valor da Cesta de Mercado foi de 220,4% (quadro 3), enquanto a inflação acumulada no período foi de 230,1%.

QUADRO 3. – Variações Percentuais da Cesta de Mercado, 1984

Mês	Variação em relação a		
	Mês anterior	Dez. 1983	Mesmo mês de 1983
Jan.	10,0	10,0	218,2
Fev.	12,3	23,5	220,4

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Os preços dos produtos vegetais, que constituem 60,4% do valor total da despesa familiar, sofreram acréscimos de 15,0% no mês de fevereiro e os preços dos produtos animais, responsáveis por 39,6%, aumentaram 8,3% (quadro 4).

Todos os alimentos básicos apresentaram-se com preços majorados, destacando-se feijão (17,0%), óleo de soja (14,7%), café (14,5%), arroz (14,4%), óleo de algodão (11,7%) e macarrão (8,8%). Os preços de açúcar e pão mantiveram-se estáveis.

As cotações de hortaliças acusaram acréscimo médio de 34,5%, em razão da estiagem no Estado, resultando em perda de qualidade e menor quantidade ofertada no mercado. As maiores alterações ficaram com chuchu (93,3%), escarola (59,2%), beterraba (50,5%), alface crespa (50,3%), alface lisa (48,5%), salsa/cebolinha (42,7%), agrião (38,9%), repolho (36,9%), espinafre (34,4%) e almeirão (30,8%). As menores com pepino (10,3%), quiabo (3,6%) e berinjela (2,2%). Tomate, cenoura, abobrinha italiana, couve e mandioquinha mostraram preços crescentes entre 17,0% a 22,0%. Preços decrescentes foram registrados para: abóbora (- 9,0%), batata (- 7,4%), pimentão (- 5,8%) e batata doce (- 3,4%).

Os preços das frutas, como um grupo, acusaram 21,0% de aumento, derivado das majorações verificadas para laranja (25,1%), abacaxi (24,3%), mamão (23,6%), uva (9,7%), melancia (8,5%), abacate (6,5%), limão galego (5,2%) e maçã (3,0%).

Dentre os produtos de origem animal, as cotações das carnes bovinas, suína e de frango aumentaram 9,6%. Os derivados da suína (lingüiça, banha e toucinho) cresceram 24,6%. A alta verificada nos preços dos laticínios foi de apenas 2,5%; o leite tipo B e o especial mostraram preços estáveis, enquanto que o em pó elevou-se em 7,5%. Manteiga, queijo mineiro e queijo prato tiveram acréscimos de preços da ordem de 13,6%, 6,3% e 4,3%, respectivamente. O preço médios dos ovos elevou-se de 16,0% em relação ao mês anterior.

QUADRO 4. — Variações Percentuais dos Custos de Alimentação, Produtos de Origem Vegetal, Produtos de Origem Animal e do Total da Cesta de Mercado em Relação ao Mês Anterior, na Cidade de São Paulo, 1983 — 1984.

Mês	Produtos de Origem vegetal		Produtos de Origem animal		Total	
	1983	1984	1983	1984	1983	1984
Jan.	14,8	8,8	13,5	11,6	11,1	10,0
Fev.	15,1	15,0	5,3	8,3	11,5	12,3
Mar.	14,3	...	14,7	...	14,4	...
Abr.	8,3	...	12,6	...	9,8	...
Mai.	3,8	...	3,1	...	3,6	...
Jun.	15,9	...	14,3	...	15,3	...
Jul.	15,4	...	20,0	...	17,0	...
Ago.	8,4	...	7,6	...	8,1	...
Set.	10,6	...	28,6	...	16,9	...
Out.	13,5	...	15,1	...	14,1	...
Nov.	3,2	...	1,3	...	2,4	...
Dez.	- 0,6	...	2,9	...	0,8	...
Variação média mensal	10,2	11,9	11,6	10,0	10,4	11,2
Variação acumulada (¹)	216,4	25,2	224,9	20,9	223,9	23,5

(¹) A Variação acumulada de 1983 tem como base dezembro de 1982 e a variação acumulada de 1984 tem como base dezembro de 1983.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).